

## IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO APOIO ÀS LÓGICAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO, NO MUNICÍPIO DE MARABÁ, PARÁ - AMAZÔNIA

Impacts of the National School Feeding Program (PNAE) in support of family logics  
of production, in the municipality of Marabá, Pará - Amazônia

Luiz Regason Bressan<sup>1</sup> e Luís Mauro Santos Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo analisar alguns efeitos do PNAE junto a agricultores familiares e suas organizações, no município de Marabá. A metodologia se apoiou em revisão documental e bibliográfica, além de pesquisa juntos aos gestores, escolas, lideranças e agricultores envolvidos. Com o incentivo de comercialização através do PNAE, os agricultores do município passaram a produzir com mais qualidade e diversidade, pois obtiveram uma garantia da comercialização de alguns produtos oriundos dos seus agroecossistemas. Além disso, sua visibilidade aumentou junto às escolas envolvidas com o PNAE. Em termos de sustentabilidade ambiental, social e econômica, a pesquisa identificou várias experiências com bom nível de diversificação. Os relatos também apontam para a capacidade do PNAE, em termos, de apoiar um processo de diversificação e busca de uma produção agroecológica.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. PNAE. Políticas Públicas. Sustentabilidade.

### ABSTRACT

The objective of the research was to analyze some effects of PNAE on family farmers and their organizations in the municipality of Marabá. The methodology was based on documentary and bibliographical review, besides research with the managers, schools, leaders and farmers involved. With the stimulus to trade through the PNAE, the family farmers of the municipality began to produce with more quality and diversity, since they started to have a guarantee of the commercialization of some products from their agroecosystems. In addition, their visibility has increased with the schools involved with PNAE. In terms of environmental, social and economic sustainability, our research identified several experiences with a good level of diversification. The reports also point to the capacity of PNAE, in terms, to support a process of diversification and search of an agroecological production.

**Keywords:** Family Farming. PNAE. Public Policy. Sustainability.

<sup>1</sup> Mestrado pelo Programa de Pós-graduação PDTSA/UNIFESSPA. E-mail: bressanmaraba@gmail.com;

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-graduação PDTSA/UNIFESSPA e PPGAA/INEAF/UFPA e membro do NEA AJURI. E-mail: lmsilva2012@gmail.com.

**Recebido em:** 28/11/2018

**Aceito em:** 29/04/2020

**Correspondência para:**  
bressanmaraba@gmail.com

## Introdução

Em termos de políticas públicas, vários autores afirmam que uma das formas mais estratégicas de valorização da produção oriunda das lógicas familiares tem sido através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (SÁ, 2012; CASTRO, 2012; ABREU, 2014). Segundo os argumentos de Sá (2012), apesar de ter mais de 50 anos de existência, o PNAE só teve seu marco legal, sancionado em 2009, graças à mobilização da sociedade civil, sobretudo por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). A partir da instituição da Lei 11.947/09, foi possível o reconhecimento da alimentação como um direito humano e a obrigatoriedade de que, no mínimo, 30% dos recursos fossem destinados à compra de alimentos da agricultura familiar através de chamadas públicas de compra, com dispensa de licitação.

O atual protagonismo social da Agricultura Familiar brasileira resulta de um processo de embates e conquistas, no qual o Estado acabou sendo convencido a assumir a implantação de ações que foram determinantes para a consolidação de organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais na Amazônia e, especialmente, no Sudeste do estado do Pará. Segundo Assis (2007), tratou-se de um processo lento de assimilação e implementação de políticas públicas voltadas às lógicas familiares de produção rural.

É importante destacar que, desde a ditadura militar, a região sudeste do Pará viveu intensos conflitos fundiários resultantes da expansão do capital na Amazônia. Dezenas de lideranças do campo foram assassinadas, em um sistema de pistolagem, no Sul e Sudeste do Pará, principalmente nas décadas entre 1980 e 2000. Estas, em sua maioria ligadas aos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e movimento dos sem terras. As informações estão contidas nos relatos da CPI da Reforma Agrária realizada pelo Congresso Nacional, finalizada em 2006, a qual teve como base os dados históricos da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O relatório detalha, por região, as centenas de mortes no campo e faz um destaque especial sobre um dos eventos que chocaram o Brasil e o mundo. Segundo Melo (2006), a mais violenta ação do Estado contra os trabalhadores no Pará foi o massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, na PA-150, no qual foram executados 19 trabalhadores.

Mesmo frente a tanta violência, a organização e pressão dos movimentos sociais do campo forçou o Estado a rever e implantar uma nova política de Reforma Agrária. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/SR-27, 2016), existem, atualmente, 511 Projetos de Assentamento criados nas últimas três décadas no território do Sul e Sudeste do Pará, envolvendo uma área de 4.679.037,24 ha, comportando 72.213 famílias. Desse total, 79 Projetos de Assentamentos estão no município de Marabá, envolvendo 9.610 famílias.

A composição social nos Projetos de Assentamento expressa uma diversidade cultural de nativos, migrantes, ex-garimpeiros, trabalhadores dos grandes projetos do Carajás que, sem alternativa de empregos, optaram pela vida de agricultor. É, portanto, uma agricultura familiar recente, em fase de consolidação, com uma diversidade de concepções e práticas que se manifestam na produção e organização da propriedade através dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Um contexto de muitos desafios e oportunidades.

É possível perceber que as principais transformações que ocorrem no contexto regional de áreas de fronteira agrária, como a região de Marabá estão relacionadas a dois principais fatores: o primeiro diz respeito às atuais condições do meio natural, resultado do próprio processo de evolução decorrente das formas e do tempo de exploração; e o outro se refere às influências exercidas pela implementação de políticas públicas na região através das quais vários aspectos do meio socioeconômico têm sofrido mudanças, tais como aqueles relacionados à estabilidade fundiária, às condições de acesso, ao aumento na capacidade de investimento dos agricultores, entre outras (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2009, p.18).

Apesar das iniciativas vitoriosas ao longo das últimas décadas, a agricultura familiar na Amazônia tem hoje desafios que vão desde a ampliação do acesso da produção familiar até o crédito rural, agora unificado na política do PRONAF. Além disso, a falta de garantia de infraestrutura para o campo (energia sustentável e estradas), o avanço da soja na região, a necessidade de regularização fundiária, a não confirmação de participação efetiva no projeto de geração do biodiesel e na ampliação de alternativas econômicas, como a piscicultura e a ausência de um manejo organizado e rentável de produtos florestais, mostram-se como obstáculos para os camponeses (GOMES, 2009).

A linha histórica da agricultura familiar no sudeste paraense, mesmo com todas as adversidades, confirma uma trajetória evolutiva em termos da conquista da terra, créditos e organização da categoria. Vários movimentos de massa, a partir dos sindicatos e do associativismo, passaram a definir pautas coletivas no debate de enfrentamento ao latifúndio e ao Estado. Ocorre que as políticas públicas ainda estão voltadas a uma lógica de mercado (HÉBBETE, 2002; GOMES, 2009).

Portanto, atualmente a realidade agrária e agrícola do município expressa desafios no que se refere à diversidade da produção e abastecimento alimentar. E foi nesse contexto de Projetos e Assentados da Reforma Agrária que o estudo foi desenvolvido, focando impactos iniciais da política pública do PNAE. A partir deste contexto, sucintamente apresentado acima, uma pergunta orientadora foi levantada junto aos gestores públicos e agricultores familiares: Quais os impactos da política do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Marabá, sob a perspectiva estruturante das lógicas familiares de produção?

Sabe-se que em Marabá, a partir de 2012, cerca de 100 agricultores familiares foram habilitados por meio da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) a produzir e vender para o PNAE através de suas organizações Federação de Cooperativas do Araguaia e Tocantins (FECAT) e Associação de Pequenos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento do Burgo (ASPABSIR). Assim, a hipótese de partida assumida foi que a política pública do PNAE é estruturante da Agricultura Familiar, proporcionando um viés novo, que é o da comercialização direta com o poder público, regulamentada por lei. Esta política estaria motivando os agricultores familiares a produzirem com qualidade e diversidade, pois possuem uma garantia em relação à produção e à comercialização, além de dar mais visibilidade para essa categoria junto às escolas envolvidas com o PNAE. Em outra perspectiva, a mesma tem possibilitado um ambiente de garantia de soberania alimentar local. Como objetivo, o artigo buscou analisar a capacidade estruturante do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), junto aos agricultores familiares no município de Marabá.

Vários estudos apontam que a garantia da "autonomia" dos agroecossistemas é fundamental para o desenvolvimento de práticas sustentáveis de caráter agroecológico. Diante de todas as contradições do modelo hegemônico da agricultura moderna, a resistência camponesa é a principal força na produção diversificada de alimentos no mundo (PLOEG, 2009). Já Leff (2002) define que as práticas agroecológicas recuperam o sentido do valor e uso da terra, seus recursos e o devolvem a seu verdadeiro ser. Altieri (2012) reforça que agroecologia não é uma caixa de ferramentas ecológicas para ser aplicada pelos agricultores, mas sim como uma possibilidade de bases científicas para uma agricultura alternativa.

Para Sá (2012), o PNAE é extremamente relevante e esse novo marco legal incorporou elementos importantes, como o conceito de alimentação adequada, tornando-se, também, ferramenta essencial para o processo da transição agroecológica no país. Essa política reforça o papel da agricultura familiar e reconhece que esses agricultores e agricultoras produzem alimento de qualidade, além do fato que eles têm direito a participar da política e vender a produção local, dispensando o processo licitatório pelas chamadas públicas.

O processo evolutivo do marco legal sobre a alimentação escolar colocou o Brasil em destaque mundial. Diversos acordos internacionais, atualmente, estão em curso. Os avanços atuais diferenciam-se em relação aos acordos nas fases iniciais dos programas, em que, na verdade, existia uma grande interferência nas ações ligadas à política alimentar brasileira. É destaque no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a importância do PNAE no cenário nacional e internacional.

O PNAE é conhecido mundialmente como um caso de sucesso de Programa de Alimentação Escolar Sustentável. Nesse contexto, é importante ressaltar os Acordos Internacionais firmados com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura – FAO e com o Programa Mundial de Alimentos – PMA, por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, com vistas a apoiar o desenvolvimento Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis em países da América Latina, Caribe, África e Ásia, sob os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada (FNDE, 2016).

Entre todos os avanços no marco legal, é importante registrar a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho 2009. Segundo o Site do FNDE:

A Lei trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Outra mudança importante foi à inclusão do atendimento, em 2013, para os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado – AEE, para os da Educação de Jovens e Adultos semipresenciais e para aqueles matriculados em escolas de tempo integral (FNDE, 2016).

A definição de um mínimo de 30% de produtos da agricultura familiar e cardápios por segmentos escolares fomentam a nível local várias iniciativas. A pesquisa de universidades e participação de organizações ligadas ao campo, associações e cooperativas, aos poucos ganharam expressão pública.

Nesse estudo, foram analisados e apontados alguns efeitos do PNAE junto aos agricultores familiares ligados à Federação das Cooperativas do Araguaia e Tocantins (FECAT) e Associação de Pequenos Agricultores Familiares do PA do Burgo (ASPABSIR), em Marabá, tanto na escala de decisão política quanto nos agroecossistemas familiares de produção, buscando, assim, uma melhor compreensão sobre a capacidade estruturante do referido programa junto à agricultura familiar local.

### Procedimentos metodológicos

O estudo contou com análises qualitativas e quantitativas a partir do método descritivo-analítico, tendo como base material bibliográfico e sondagem de campo com aplicação de questões semiestruturadas aos agricultores familiares, lideranças camponesas e gestores municipais (TRIVINOS, 1987; MANZINI, 2003). O ponto de partida foi o processo de aquisição e comercialização de alimentos para alimentação escolar realizado pela Federação das Cooperativas do Araguaia e Tocantins (FECAT) e pela Associação de Pequenos Agricultores Familiares do PA do Burgo (APABSIR).

Foram realizadas 28 entrevistas, no segundo semestre de 2016, como parte da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). As mesmas aconteceram por meio de questionários e gravadas. Visando preservar o sigilo pessoal, as entrevistas foram catalogadas e citadas da seguinte forma: Técnicos e Gestores (TCG); Dirigentes de Cooperativas ou Associações de Agricultores (DG); e Agricultores Familiares (AF). O número após cada sigla corresponde a cada questionário aplicado.

Com esse leque de opiniões se buscou estabelecer relações entre a gestão e execução do PNAE em Marabá, um município de porte médio da Amazônia, visando fortalecer o debate sobre as políticas públicas em torno da agricultura familiar da região, visto que Marabá é o maior centro urbano da região sudeste do Pará.

A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada em portais oficiais dos governos estadual e federal, bem como de universidades. Além disso, foram utilizadas obras de autores que discutem o campo da agricultura familiar e o da dinâmica territorial no sudeste do Pará, com ênfase em Marabá, planos de desenvolvimento referentes aos Territórios da Cidadania e produções sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

## O PNAE na prática

### A produção familiar no prato do aluno

Inicialmente, observou-se a existência de empenho conjunto de todos os sujeitos, em torno do *modus operandi* do PNAE, no município de Marabá. As chamadas públicas são dialogadas conjuntamente, envolvendo gestores públicos, Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e representantes das organizações sociais do campo. Um exemplo importante foi a imediata incorporação de produtos regionais, em função das últimas mudanças no marco legal, permitindo a flexibilização dos cardápios de acordo com a vocação produtiva e hábitos alimentares territoriais.

Uma nova formulação legal através da resolução nº4, de 02 de abril de 2015, proporcionou avanços no sentido da regionalização dos cardápios. A mesma alterou a redação dos artigos 25 a 32 da resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do PNAE. (FNDE, 2016). Essas alterações possibilitaram a flexibilização dos cardápios, respeitando hábitos alimentares regionais. Da mesma forma, possibilitou definir nas chamadas públicas a entrega de produtos conforme o calendário agrícola de cada região. A Secretaria de Educação de Marabá contemplou as mudanças da resolução no edital da Chamada Pública 001/2015/Exercício 2016. Como exemplo, identificamos que foi observado o período do ciclo de colheita da tangerina (*Citrus reticulata* Blanco.), acerola (*Malpighia emarginata* Sesse & Moc. ex DC.) e abacaxi (*Ananas comosus* L. Merril.), principalmente.

As informações colhidas nas entrevistas com gestores e técnicos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e Secretaria de Agricultura (SEAGRI), expressam uma compreensão geral sobre a importância do PNAE para educação e para a Agricultura Familiar. Todos destacam que é uma política importante que favorece a qualidade da merenda escolar, pois os produtos são produzidos diretamente pelos agricultores e comprados a nível local.

O PNAE é um programa federal, destinado à alimentação escolar responsável por 30% dos produtos destinados à alimentação escolar e são produtos oriundos da Agricultura Familiar. Não são produtos estocáveis e não perecíveis. Tenta valorizar o pequeno agricultor local. São produtos que fazem parte da cultura alimentar dos nossos jovens e de nossas crianças da região. Os alimentos dão outra cara a nossa alimentação escolar. As crianças gostam muito desses produtos como: melancia, banana, abacaxi e o próprio cheiro verde que dá o tempero na comida (INFORMAL TCG 19, 2016).

Já a gestora de logística da SEMED enfatiza que a legislação do PNAE é muito importante, pois faz com que a prefeitura valorize os produtos da região. Os cardápios são organizados de acordo com as qualidades nutricionais, buscando sempre incorporar os produtos da região.

O primeiro critério são que os produtos tenham valor nutritivo. Que sejam oferecidos por cooperativas e associações. Então, primeiro se observa que produtos podem ser encontrados e adquiridos por meio da agricultura familiar. Que também tenham o valor nutricional. Não adianta ser apenas da agricultura familiar. Deve fazer parte de um cardápio adequado da merenda escolar como um todo (ENTREVISTA TCG 20, 2016).

Em ambas as falas dos gestores, estão presentes o critério de qualidade do produto para que seja oferecido um cardápio adequado e proporcione melhor rendimento escolar. Defendem que o agricultor familiar é valorizado pela SEMED, através da aplicação da legislação de compra de, no mínimo, 30% da alimentação escolar, porém, a exigência é de que sejam produtos de qualidade. São falas que focam mais nos interesses da gestão, fato que não relega a um mero interesse instrumental dos agricultores familiares, pois os mesmos fazem parte do cenário concreto da educação municipal.

Os depoimentos das nutricionistas mostram que existe seriedade na organização dos cardápios alimentares para as escolas. A busca pela diversidade e qualidade deve ser uma preocupação permanente do poder público. Muitas experiências pelo Brasil já indicam uma regionalização dos cardápios.

Para a melhoria dos cardápios, o poder público deve apoiar a diversificação, adquirindo especiarias e temperos locais; financiando hortas escolares ou comunitárias; e propiciando a capacitação dos merendeiros. A inserção de alimentos nutritivos e *in natura*, como as frutas de época ou hortaliças e legumes da localidade, é forma de associar hábitos alimentares saudáveis ao desenvolvimento sustentável (RIBEIRO et al., 2013, p. 9).

Na área técnica do setor de alimentação escolar, em Marabá, trabalham três nutricionistas, uma equipe administrativa de três pessoas, bem como outra equipe de sete pessoas da área de estoque e distribuição. Segundo a nutricionista coordenadora da equipe, entrevista (TCG 22, 2016), organizar o cardápio e combinar com a regularidade dos produtos é um grande desafio. Às vezes ocorre o atraso na entrega de algum item da alimentação escolar, rapidamente é preciso adequar o cardápio, visando garantir a eficácia nutricional para as crianças. Afirma que a rede escolar é muito extensa e número de alunos é grande. Segundo os dados informados por ela:

Neste ano de 2016 temos seguinte quadro de alunos: ensino fundamental 45.035 alunos; educação infantil 7.068; mais 1.775 do EJA; pro- jovem 5.021; na creche, com o maternal, tem 1.414; e no programa Brasil alfabetizado 488 alunos. O total de número de alunos atendidos é de 60.313, o número de escolas atendidas soma 215, contemplando as rurais e urbanas (INFORMAL TCG 22, 2016).

Para que o PNAE funcione é fundamental a combinação entre a produção familiar e gestão do programa pelo poder público. Exige planejamento e muito trabalho. Percebe-se que, mesmo com alguns problemas de regularidade da produção, atraso de repasses de recursos, os produtos da agricultura familiar estão chegando à escola, gerando uma cadeia de avanços e gerando novos desafios para os atores envolvidos.

### O PNAE motivando a diversificação

Sob influência do PNAE, podem-se identificar experiências de agricultores familiares com fortes componentes de diversificação e práticas agroecológicas. Geralmente, expressam como vantagens a economia e a qualidade dos produtos. Destacamos, a seguir, alguns depoimentos a partir dos nossos contatos com os experimentos familiares.

Na verdade, é o orgânico que a gente mexe mesmo aqui na nossa propriedade. Para nós, isso é uma riqueza muito grande, porque uma coisa que vem a nos deixar estabilizados. Trabalhar com orgânico ajuda na questão financeira. Porque não dá de ficar comprando inseticida. Até mesmo porque a gente sabe o risco que corre pra família e para quem vai fazer o consumo. E outra coisa importante é o comprador chegar na nossa propriedade e ver como a gente trabalha. (ENTREVISTA AF 02, 2016).



Alguns agricultores falam do produto orgânico a partir da prática de compostagem dos restos de folhas, raízes e esterco. Com essa visão, evitam comprar adubos. Como o entrevistado AF 10, (2016) diz: “Eu tenho e cultivo produtos orgânicos. Porque aqui eu aproveito o esterco do gado, o esterco da galinha. Ai eu aproveito tudo e faço produto orgânico e coloco na horta”. Outro agricultor fala do orgânico a partir do lixo. Porém, o lixo que mostra são restos das próprias hortaliças, cascas de frutos e folhas. Deixa tudo fermentar e incorpora nos canteiros.



**Figura 1.** Família do PA Alegria, Marabá- PA.

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2016).

Através da pesquisa junto aos agricultores familiares, percebe-se que existe um sentimento de identidade com a terra, que corrobora com as abordagens de Ploeg (2009). As manifestações não são meramente econômicas, pois indicam compressões sobre qualidade da produção, diversificação e melhoria de vida. É possível relacionar algumas falas com expectativas como, por exemplo, a agricultora na entrevista (AF 02, 2016) enfatiza que: “vai continuar lutando para que existam feiras de comercialização direta com a cidade, incentivo técnico e de infraestrutura de forma planejada para fortalecer a agricultura familiar”.

O PNAE tem motivado as famílias a se organizarem para produzirem em lógicas diversificadas. Um dos agricultores fala que fez uma experiência por conta própria e hoje produz com qualidade vários tipos de olerícolas. Declara que não usa produto químico. Quando começa a dar alguma praga que não pode controlar com suas misturas naturais, elimina o cultivo susceptível e deixa um tempo para recomeçar novamente. Além da horta, tem tanques de peixe e criação de galinha caipira. As demais produções são para o consumo familiar, como: mandioca (*Manihot esculenta* Crantz.), milho (*Zea mays* L.), feijão (*Vigna unguiculata* (L.) Walp.), diz o agricultor (AF 01, 2016). Em outro lote onde a direção é de uma agricultora, encontramos, também, uma produção diversificada em termos de hortaliças e frutíferas.

Eu tenho galinha, eu tenho ovos, eu tenho gado, eu tenho porco, eu tenho as hortaliças, eu tenho frutífera, eu tenho café, eu tenho abelha, eu tenho queijo, polpa de frutas, corantes, tudo que eu tiro da terra. Macaxeira, a massa de macaxeira, o tucupi. Tudo que eu vendo daqui da roça. Banana. Um pouco de banana, não é muito, mas tem um pouco. E, em maio agora, fiz um plantio de 10 mil pés de abacaxi (ENTREVISTA AF 10, 2016).

Outro agricultor conta que mexer com cultivos permanentes foi a melhor coisa que fez. Hoje ele diz ter uma renda garantida, especialmente no fornecimento de polpas para o PNAE. A aposentadoria vai ser garantida, pois ainda vai substituir os monocultivos de pastagens por Sistemas Agroflorestais (SAFs). O mesmo fez questão de mostrar o agroecossistema da família explicando cada experimento que está realizando. A sua prática no uso do lote é carregada de experiência de vida, pois passou por um processo anterior de visão de pecuarista, para um sistema diversificado e a sua prática agroflorestal, serve como motivação para que outras famílias tenham uma referência local que produz em termos econômicos, mas que tem uma perspectiva de longevidade.

A prática de experiências agroecológicas dos agricultores familiares de Marabá, ligados ao PNAE, confirmam o que Ploeg (2009), outros pensadores (GLIESSMAN, 2001; BARROS e SILVA, 2013) sempre defenderam em seus estudos, principalmente focando na busca de caminhos sustentáveis nas relações do homem com a natureza.



**Figura 2.** Sistema agroflorestal com erradicação de pastagens. PA Escada Alta. Destaque para o pé de açai (*Euterpe oleracea* Mart.) em meio ao monocultivo de pastagem.

**Fonte:** Pesquisa de campo (2016).

O fato marcante da pesquisa de campo diz respeito à decisão de um agricultor familiar, fornecedor do PNAE, mudar radicalmente em relação ao tipo de produção e uso da terra. De comprador de gado da vizinhança, com um lote de 10 alqueires, todo com pastagem, migrou para um sistema agroflorestal e está feliz da vida.

Abandonei o gado porque eu achei que o gado não dava lucro. A terra é pequena, para a sobrevivência do gado não dá. Ai eu achei melhor acabar o gado, e mexer com plantio. Hoje a metade da minha terra tá em baixo de plantio. Uma média de quatro alqueires e meio já está em baixo de frutos. Eu estou plantando só açai, cupu e banana. As outras é um pé de graviola, acerola, o maracujá. A banana estou plantando no meio disso daí e feijão, até ele crescer, depois dele crescer fica só o açai e o cupu (ENTREVISTA AF 11, 2016).



O agricultor conta que mexer com cultivos permanentes foi a melhor coisa que fez. Hoje ele diz ter uma renda garantida. Segundo ele, “a aposentadoria vai ser garantida, pois ainda vou plantar o restante dos pastos tudo com culturas permanentes”. Fez questão de mostrar o lote e suas plantações explicando cada experimento que está realizando. No momento da entrevista chegaram vizinhos em um carro, trazendo 500 mudas de açaí que ele produziu. Explicou que gosta de fazer mudas. Escolhe as melhores sementes dos melhores frutos. Faz as mudas para plantar em seu lote e vender para os vizinhos e até na feira. Diz que é feliz fazendo isto. Destaca que está fazendo um bem para ele e para o mundo.

### Desafios da permanência jovem no campo

Um grande desafio, ainda, é a permanência dos jovens no campo. Mesmo com Políticas Públicas efetivas, estruturantes, capazes de criarem novas condições de permanência no campo, mesmo assim os jovens sempre estão em busca do novo. Segundo Puntel et al. (2011):

Agora e cada vez mais centrados na decisão entre permanecer no meio rural ou partir em busca de novas oportunidades nas cidades, o que vem fortalecendo o debate em torno da sustentabilidade geracional do campo. Além do mais, os jovens de agora, cada vez mais procuram afirmações para o seu futuro e aspiram à construção de seus projetos, geralmente vinculados ao desejo de inserção no mundo moderno (PUNTEL et al., 201, p.17).

A influência do urbano é muito maior nos jovens rurais nos tempos atuais. A modernização tecnológica da internet aproximou os mundos e massificou informações. Na maioria das vezes, o encanto pela cidade está alimentado por informações virtuais que já atingiram grande parte do meio rural. O contraponto são políticas públicas estruturantes associadas com um trabalho que valorize a cidadania rural

A busca pelo ensino médio ou superior é indicativa da evasão dos jovens da área rural. Na entrevista informal (AF 05, 2016), a mãe de família expressa a seguinte compreensão: “Eu prefiro passar sacrifício agora garantindo o estudo deles. Um dia, quem sabe, alguém volta para terra me ajudar”.

Felizmente temos processos educativos em Marabá, com grande potencial de despertarem uma motivação inovadora para fixação dos jovens no meio rural, como os cursos de Educação no Campo da UNIFESSPA, que estão formando professores com uma visão interdisciplinar, voltados para construção de novos referenciais do ensino rural. Da mesma forma o Campus Rural do IFPA, adotando a metodologia da Pedagogia da Alternância, procura gestar profissionais em várias áreas para atuarem na agricultura Familiar. Também temos, em Marabá, uma Escola Família Agrícola, que trabalha com a Alternância no ensino fundamental. Os filhos e filhas de agricultores são capacitados dentro de sua realidade social e cultural. O objetivo é criar um sentimento nos jovens de pertencimento e identidade com o campo.

Essas iniciativas, associadas a políticas públicas, como o PNAE, podem, sem dúvida, reverter o processo de envelhecimento e êxodo rural dos jovens. Porém, precisam ser mais divulgadas e encampadas por todos os atores do meio social rural e poder público. Um caminho aberto de oportunidades para os jovens do campo existe na prática, isso deve ser motivo para que as organizações do campo, principalmente, abracem estas bandeiras.

### A importância da organização social

O PNAE vem despertando debates dentro das organizações do campo sobre a necessidade de aprimoramento da produção. As exigências de qualidade dos produtos contidas no marco legal, mesmo com alguns questionamentos, acabam ajudando na busca de melhorias nos sistemas de produção. Já é perceptível isso nos lotes pesquisados e, para que isso ocorra, é preciso que o conjunto dos atores envolvidos pelo PNAE atuem de forma conjunta. Um dos dirigentes faz um destaque no sentido de que é preciso avançar no sistema de beneficiamento da produção.

O nosso entendimento dentro disso é que sempre a gente vem dialogando dentro do conselho de desenvolvimento rural essa questão da gente poder ter várias agroindústrias na linha de hortaliças, como frutos, mandioca já deveria vir processada só no jeito de por na panela. Então, nós precisamos buscar isso, inclusive nós estamos pautando isso dentro do conselho para que a gente possa estar incrementando e renovando esse entendimento da questão da merenda. Várias conversas dialogadas, dentro do poder público tem algumas pautas nossas pra melhorar essa questão de entendimento junto com os agricultores, com as cooperativas e as associações pra gente poder estar entregando um produto de qualidade para os alunos (ENTREVISTA DG 25, 2016).

As organizações sociais são fundamentais para consolidar a estratégia da eficiência do PNAE. Só é possível avançar em termos de regionalização da merenda com incentivo e planejamento. Para ser possível garantir a produção a FECAT avançou propondo um calendário para os agricultores familiares.

A gente já fez um calendário, chamado calendário agrícola. É um calendário regional nosso, onde está especificando a temporada que vai ter a banana, tempo que vai ter a polpa da acerola. Então, esse calendário, nós estamos passando ele para a prefeitura pra gente estar podendo trabalhar em cima do calendário de cada produto. Isso está sendo construído, aqui em marabá já está sendo feito isso passando isso para os outros municípios (ENTREVISTA DG 25, 2016).

Este planejamento é reconhecido pelos agricultores, pois afirmam que fica melhor para produzir. Ademais, para agilizar a entrega dos produtos, como destaca um dos entrevistados (AF 01, 2016), dizendo que a atual organização “melhorou porque podemos plantar tudo. Uma semana pegam alface, na outra semana pegam couve, na outra semana é alface, na outra couve e o cheiro verde acompanha todos, toda semana”. O que o dirigente chama de calendário agrícola é, na verdade, o tempo de produção das culturas permanentes de acordo ciclo dos produtos, conforme o clima regional.

Em síntese, todos os relatos confirmam a abordagem de Stolarski (2005) de que a política do PNAE ganhou força no País a partir da Constituição de 1988. O avanço do marco legal do PNAE definiu, de forma objetiva, a redistribuição de recursos, competências e responsabilidades para as três esferas de governo. Esse processo, ao longo dos anos, tem proporcionado um maior controle social por parte dos sujeitos do campo, tem valorizado a produção familiar regional, permitindo uma maior visibilidade e papel estratégico da produção familiar, diversificada e garantidora de autonomia e soberania alimentar.

## A guisa de conclusão

Os resultados mostram que esse programa marcou, em termos de eficiência e também em capacidade de gerar novas formulações que enriquecem de possibilidades de melhoria, tanto em nível da produção, como das organizações sociais e gestão pública. Mesmo após algumas chamadas públicas voltadas para agricultura familiar, o PNAE em Marabá, é ainda um processo em construção. Destaca-se, ainda, que existe um bom nível de organização social, de gestão de uma política pública atendida ao marco legal e uma eficiente fiscalização do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). O impacto do PNAE tem favorecido algumas estratégias de diversidade produtiva e valorização de uma alimentação baseada nos costumes locais. Mesmo assim, a partir dos depoimentos de campo e diálogo com os dirigentes e gestores, ainda encontramos problemas que abrangem todos os atores do programa.

Os relatos também apontam para a capacidade do PNAE, em termos, de apoiar um processo de diversificação e busca de uma produção agroecológica. O mesmo ainda dispõe de uma capacidade motivadora de gerar novos arranjos produtivos junto às lógicas familiares de produção.

O PNAE aparece, ainda, um tanto desconhecido para a maioria dos agricultores, que não possuem informações mais detalhadas sobre seus objetivos e as diretrizes do marco legal. Esta lacuna está sendo superada através de reuniões e cursos realizados pelas suas entidades de representação, cooperativa ou associação, as quais são as executoras do PNAE junto aos gestores públicos. Já sabem que 30% dos produtos para alimentação escolar devem ser de produtos da agricultura familiar. Mesmo sem conhecer os detalhes do marco legal, possuem uma compreensão fundamental, pois afirmam que, além de ser um recurso garantido de venda, compreendem a importância de estarem fornecendo um produto de qualidade para os próprios filhos, que estudam nas escolas.

Finalmente, aponta-se um caráter estruturante na implantação da PNAE, pois envolveu um conjunto de sujeitos do campo e da cidade na execução do programa, nas distintas fases de planejamento e execução da mesma. Porém, necessita de um fórum permanente de governança, para que seus responsáveis continuem atuando na consolidação dos avanços e na busca de melhoria e inclusão das demandas concretas das famílias envolvidas e com potencial para serem incluídas na Política.

## Referências

- ABREU, K. D. R. **A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios de pequeno porte**: Implicações práticas e teóricas / Kate Dayana Rodrigues de Abreu. – 2014. 183 f.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: Bases Científicas para Uma Agricultura Sustentável. 3 a.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, 592p.
- ASSIS, W. S. de. **A Construção da Representação dos Trabalhadores Rurais no Sudeste Paraense**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2007, 242f.
- BARROS, F. B.; SILVA, L. M. S. Aproximações sobre saberes amazônico como essência do Desenvolvimento Sustentável nos trópicos. In: **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais/editores técnicos, João Carlos Costa Gomes, William Santos de Assis. – Brasília, DF: Embrapa, 2013, p. 109-144.
- CASTRO, T. P. de; BOMBAIR, L. M. **Programa nacional de alimentação escolar – PNAE: o elo entre educação e agricultura**. Disponível em: <[http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor\\_2012/trabalhos/sessao\\_1/sessao\\_1A/03\\_Terena\\_Castro.pdf](http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_1/sessao_1A/03_Terena_Castro.pdf)> Acesso em: 24 abr. 2014.
- FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE ABRIL DE 2015. Disponível em: < <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>> Acesso em: 23 abr. 2014.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. 653p.
- GOMES, M. S. F. **A Construção da Organicidade no MST**: A Experiência do Assentamento 26 de Março, Pará. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Campina Grande: UFPB, 2009, 167f.
- HÉBETTE, J. Reprodução Social e Participação Política na Fronteira Agrícola Paraense: O Caso da Transamazônica. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (Org.). **No Mar, nos Rios e na Fronteira**: Faces do Camponato no Pará. Belém: Ed. da UFPA, 2002.p. 203-232.
- INCRA – SR27. Relatório de Gestão 2016. MDA, 2016, 95 p. Disponível em [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/relatorios/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao---incra-2016/sr\\_27\\_-\\_sul\\_do\\_para.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/relatorios/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao---incra-2016/sr_27_-_sul_do_para.pdf). Acesso em 2014.
- LEFF, E. **Agroecologia e Saber Ambiental**. Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. Porto Alegre. 2002, v. 3. N. 1, p. 36-51.
- MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina:eduel, 2003. p.11-25.
- MELO, J. A. T. (Org). **Reforma Agrária Quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil**. Brasília, 2006.
- OLIVEIRA, M. C. C. de; ALMEIDA, J. Mudanças Socioprodutivas e as Novas Relações Sociedade-Natureza na Amazônia Oriental. In: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, Rio de Janeiro, 28 a 31 jul. 2009.
- PLOEG, J. D. V. **Sete Teses Sobre a Agricultura Camponesa. Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009.
- PUNTEL, J. A.; PAIVA, A. N.; RAMOS, M. P. **Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017
- RIBEIRO, A. L. de P.; CERATTI, S.; BROCH, D. T. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul**. GEDECON. VOL.1, Nº. 01, 2013.

SÁ, E. **A importância da agricultura familiar na alimentação escolar**. Publicação de 23 nov. 2012. Carta Maior, Brasil, 2012. 5.p. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=21297](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21297)>. Acesso em: 10 mai. 2013.

STOLARSKI, M. C. **Caminhos da alimentação escolar no Brasil: análise de uma política pública no período de 2003-2004**. Curitiba. PR. PDF-136f, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.